



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6769

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Repassa Recursos, Firma Convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações do Executivo

Autoria: Executivo Municipal

Data: 27/02/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 73/2007. Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros e firmar convênio com a Pastoral da Criança da Arquidiocese de Montes Claros, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 3.705, de 15/03/2007).

Controle Interno – Caixa: 21.1 **Posição:** 63 **Número de folhas:** 05

Espécie: PL
Categoria: Repasse de recursos
Al: 21.1
Ordem: 63
nº fls: 03



16/2007
06-03-2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº **73** /2007

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal Repassar Recursos Financeiros e Firmar Convênio com a Pastoral da Criança da Arquidiocese de Montes Claros, e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

- 1 - **Entrada em - 27/02/2007**
- 2 - **Comissão Finanças Orçamento e Tomada de Contas**
- 3 - **APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA**
- 4 - **em 06.03.2007**
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



PROJETO DE LEI Nº _____/2.007

*As Comissões
27.02.07*

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS E FIRMAR CONVÊNIO COM A PASTORAL DA CRIANÇA DA ARQUIDIOCESE DE MONTES CLAROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, autorizado a repassar a importância de R\$106.575,00 (cento e seis mil, quinhentos e setenta e cinco reais) e firmar convênio com a Pastoral da Criança da Arquidiocese de Montes Claros, com a respectiva dotação orçamentária:

Dotação: 18.02-10.301.0063.4017/335043

Art. 2º. Para satisfazer e atender o repasse de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária referida no art. 1º desta Lei no valor de R\$46.575,00 (quarenta e seis mil, quinhentos e setenta e cinco reais).

Art. 3º. Para fazer face a suplementação de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 18.02-10.301.0063.1077-449000

Valor: R\$46.575,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.


Município de Montes Claros, 16 de fevereiro de 2.007

Athos Avelino Pereira
Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal





A Comissão opina pela aprovação
do projeto.

A. Silva 020307






MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



Montes Claros, 16 de fevereiro de 2007.

Ofício nº: PJ/ 014/2007

Assunto: Projeto de Lei

Serviços: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei com o qual pretendemos repassar recursos financeiros e firmar convênio, na importância de R\$106.575,00 (cento e seis mil, quinhentos e setenta e cinco reais) com a Pastoral da Criança da Arquidiocese de Montes Claros, visando custear a manutenção e a execução de ações básicas de saúde, na zona rural deste município.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, acreditamos que V. Exa. e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de estima e distinta consideração.

Cordialmente,


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 073/2007 QUE “Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros e firmar convênio com a Pastoral da Criança da Arquidiocese de Montes Claros e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


A competência para a solicitação de autorização para a celebração de convênio com o repasse de recursos financeiros é de iniciativa do Executivo Municipal, ressaltando-se que, conforme consta no próprio projeto, já existe dotação orçamentária própria.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade no referido projeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 01 de março de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605